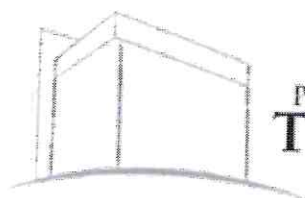


Fone: (69) 3309-6132/6133 (Geral) / (69) 3309-6134 Coordenadora – e-mail: cpleno-cpe2g@tjro.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**



Ofício n. **693/2022** – CPleno/TJRO

Porto Velho, 10 de agosto de 2022.

Ao Excelentíssimo Senhor

**Alex Redano**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia



Referência:

**Direta de Inconstitucionalidade n. 0807382-90.2021.8.22.0000**

Requerente: Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia

Requerido: Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

Interessado (Parte Passiva): Governador do Estado de Rondônia

Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia

Relator: Desembargador Valdeci Castellar Citon

Senhor Presidente,

De ordem do e. Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente do Tribunal de Justiça, encaminho a Vossa Excelência cópia do inteiro teor do v. acórdão (ID16802813), cuja r. decisão consubstanciou-se nos seguintes termos: “REJEITADA A PRELIMINAR DA PERDA DO OBJETO, À



Assinado eletronicamente por: CILENE ROCHA MEIRA MORHEB - 10/08/2022 11:51:10  
<https://pje2g.tjro.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081011510982300000016802241>  
Número do documento: 22081011510982300000016802241

Num. 16901694 - 1

UNANIMIDADE. NO MÉRITO, DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.”, publicado no DJe n. 148, de 10.08.2022, para conhecimento e providências cabíveis.

Respeitosamente,

---

Rua José Camacho, 585, 3º Andar, Sala 303, Bairro Olaria, CEP 76.801-330, Porto Velho/RO  
Fone: (69) 3309-6132/6133 (Geral) / (69) 3309-6134 Coordenadora – e-mail: cpleno-cpe2g@tjro.jus.br



---

Ofício n. 694/2022 – CPleno/TJRO

Porto Velho, 10 de agosto de 2022.

Ao Excelentíssimo Senhor

**Luciano José da Silva**

Advogado-Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

Referência:

**Direta de Inconstitucionalidade n. 0807382-90.2021.8.22.0000**

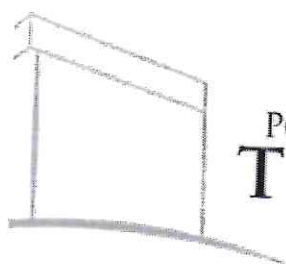
Requerente: Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia

Requerido: Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia



Assinado eletronicamente por: CILENE ROCHA MEIRA MORHEB - 10/08/2022 11:51:10  
<https://pje2g.tjro.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081011510982300000016802241>  
Número do documento: 22081011510982300000016802241

Num. 16901694 - Pág.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**



Tribunal Pleno Judiciário / Gabinete Des. Valdeci Castellar Citon

Processo: 0807382-90.2021.8.22.0000 - DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (95)

Relator: VALDECI CASTELLAR CITON

Data distribuição: 04/08/2021 09:59:25

Data julgamento: 01/08/2022

Polo Ativo: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA

Polo Passivo: ESTADO DE RONDONIA e outros

RELATÓRIO

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade apresentada pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia, na qual questiona a constitucionalidade das Leis Complementares 1.094/2021 e 1.095/2021, ambas promulgadas pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O requerente alega que a Lei Complementar Estadual 1.094/2021 revogou os arts. 3º e 4º da Lei Complementar n. 1.089, de 20 de maio de 2021, extinguindo o Parque Estadual Ilha das Flores, localizado no município de Alta Floresta D'Oeste, o qual foi criado “com o objetivo básico de proteger a diversidade biológica e possibilitar a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação e o turismo”.

Alega também que as alterações na L.C. 1.089 pela Lei Complementar 1.095/2021 reduziram a área da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Limoeiro, no Município de São Francisco do Guaporé. Ambas as alterações representam, na interpretação do requerente, violação ao princípio do não retrocesso ambiental.



Assinado eletronicamente por: VALDECI CASTELLAR CITON - 08/08/2022 13:05:31  
<https://pje.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22080813053068200000016704408>  
Número do documento: 22080813053068200000016704408

Num. 16802813 -



Diante da extinção e redução das referidas áreas especialmente protegidas, o requerente alega que as normas de alteração incorreram em inconstitucionalidade material, pois se confrontam com o art. 225, *caput* e § 1º, III, e § 4º, da Constituição Federal e arts. 218 e 220 da Constituição Estadual, que tratam do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e do dever do Público e da coletividade de defesa e preservação para as presentes e futuras gerações, bem assim da necessidade de conciliação do desenvolvimento econômico e social com a proteção ao meio ambiente.

Nesse contexto, aduz que aludidas leis padecem de vício material, máxime em razão de violarem os princípios do Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado, da Proibição do Retrocesso Ambiental, da Prevenção, da Precaução, da Ubiquidade e da Equidade Intergeracional, o que entende ir de encontro com o que preceituam os arts. 23, VI, 170, *caput* e VI, 225, *caput* e § 4º, todos da Constituição Federal.

Assim, apontando vício de inconstitucionalidade, propugna pela declaração de inconstitucionalidade material das Leis Complementares n. 1.094/2021 e n. 1.095/2021.

Em primeira decisão, proferida pelo desembargador José Antônio Robles, que me antecedeu na relatoria destes autos, foi indeferida a liminar pleiteada pelo requerente e determinado o seguimento da ação com a coleta de informações junto à Assembleia Legislativa e Procuradoria-Geral do Estado, bem como a oferta de parecer pela Procuradoria-Geral de Justiça (Id. 13936437).

Na manifestação de Id. 14140970, a Procuradoria-Geral do Estado pugnou pelo não conhecimento da ADI em razão da perda superveniente do objeto, tendo em vista o julgamento da ADI 0804739-62.2021.8.22.0000

A Assembleia Legislativa apresentou informações (Id. 14265027), afirmando que a alteração dos limites e extinção dos espaços especialmente protegidos pode ocorrer da forma como realizado nas normas impugnadas, pugnando, ao final, pela improcedência do pedido inicial.

Nas informações (Id. 14296067), o Governador do Estado limitou-se a narrar o contexto em que se deu a promulgação das Leis pelo presidente da Assembleia, em razão do silêncio da autoridade máxima do executivo no prazo de sanção.

No parecer juntado (Id. 14451995), o representante do Ministério Público Estadual atuante na 4ª Procuradoria de Justiça opinou pela procedência da ação.

É o relatório.



## VOTO

Desembargador Valdeci Castellar Citon

**1 – Preliminar – Perda do Objeto**

Analiso como preliminar a manifestação apresentada pela Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia, na qual narra a perda do objeto desta ação.

Em análise ao pedido, esclareço aos eminentes pares que estes autos guardam estreita relação com o objeto da ADI nº 0804739-62.2021.8.22.0000, de relatoria do desembargador José Jorge Ribeiro da Luz, que declarou inconstitucionais os arts. 1º, *caput*, e seus parágrafos 1º e 2º; 2º, *caput*, e seus parágrafos 1º e 2º; 15, *caput*, e seu parágrafo único; 17, *caput* e seus incisos, bem como dos Anexos I, II, V, VI, VII e VIII, todos da Lei Complementar Estadual n. 1.089/2021. Todavia o objeto desta ação não está contido naquela ADI, não existindo a inconstitucionalidade por arrastamento ora aventada.

Ocorre que, poucos dias após a vigência da LC. 1.089/2021, foi apresentado projeto de lei que resultou na aprovação da Lei Complementar 1.094/2021, que extinguiu o Parque Estadual Ilha das Flores, localizado no município de Alta Floresta do Oeste. Nas mesmas condições temporais, foi apresentado projeto, convertido na L.C. 1.095/2021, que reduziu drasticamente a área da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Limoeiro, no Município de São Francisco do Guaporé.

Em razão dessa questão temporal, a extinção e modificação dos limites das duas áreas especialmente protegidas ficou fora do alcance daquela ADI de nº 0804739-62.2021.8.22.0000, pois, ao tempo da sua propositura (23/5/2021), ainda vigia a redação anterior às modificações promovidas pelas Leis Complementares 1.094 e 1.095.

A LC 1.089 criou, em seu art. 3º, o Parque Estadual Ilha das Flores, artigo este não questionado na ADI 0804739-62.2021.8.22.0000, enquanto a L.C. 1.094, promulgada após a propositura da referida ADI, extinguiu esse parque. Idêntico cenário ocorreu com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Limoeiro, que foi criada no art. 9º da L.C. 1.089/2021, com 18.020,31 hectares, e reduzida a 11.453,78 hectares pela L.C. 1.095/2021.

Por fim, cito a decisão da ADI 0804739-62.2021.8.22.0000, para arrematar a inexistência de perda de objeto:

AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO, À UNANIMIDADE. NO MÉRITO, AÇÃO  
JULGADA PROCEDENTE PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL  
DOS ARTIGOS 1ºCAPUT E SEUS PARÁGRAFOS 1º E 2º; ART 2º, CAPUT E SEUS





PARÁGRAFOS 1º E 2º; 15, CAPUT E SEU PARÁGRAFO ÚNICO; 17, CAPUT E SEUS INCISOS I E II, E BEM COMO DOS ANEXOS I, II, V, VI, VII, VIII; E LEI COMPLEMENTAR n. 1.096, DE JULHO DE 2021, POR ARRASTAMENTO, POR MAIORIA, VENCIDO PARCIALMENTE O JUIZ JORGE LUIZ DOS SANTOS LEAL. REJEITADA A PROPOSTA DA APLICAÇÃO DE MEDIDAS DE EFETIVA PROTEÇÃO AMBIENTAL APRESENTADA PELO PELO DESEMBARGADOR MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, POR MAIORIA, VENCIDOS OS DESEMBARGADORES MIGUEL MONICO NETO, VALDECI CASTELLAR CITON, HIRAM SOUZA MARQUES, JOSÉ TORRES FERREIRA, ÁLVARO KALIX FERRO, O JUIZ JORGE LUIZ DE MOURA GURGEL DO AMARAL E O PROPONENTE.

Logo, não houve arrastamento expreso das normas em debate nesta ADI, o que permite a continuidade do julgamento no mérito.

## 2 - Mérito

Passando à valoração do mérito, a ação deve ser julgada procedente, conforme fundamentos que passo a expor adiante, que assimilam e preservam a jurisprudência recente deste Tribunal Pleno.

Conforme relatado, as proposições legislativas mencionadas pretendem:

- a) extinguir o Parque Estadual Ilha das Flores;
- b) reduzir a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Limoeiro de 18.020,31 mil para 11.453,78 mil hectares;

O objeto desta ADI está relacionado novamente a alterações promovidas pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, a qual volta a atuar com o objetivo de reduzir ou extinguir as áreas especialmente protegidas sob o argumento de defesa dos interesses de uma coletividade indeterminada, que já teria consolidado o processo de antropização parcial do Parque Ilhas das Flores e RDS Limoeiro.

Percebe-se que estas normas são mais algumas daquelas que têm por objetivo reconhecer a incapacidade de fiscalização e de implementação de políticas públicas de proteção ambiental como justificativa para a convalidação da expansão desordenada da ocupação humana em espaços de proteção ambiental, medidas que convalidam, inclusive, o processo de grilagem de terras públicas.

O Estado de Rondônia não se desfez das amarras da política ambiental arcaica e retrógrada que foi imposta na ocupação territorial das décadas de 60 a 80, com o incentivo ao desmatamento para implementação de culturas diversas. As poucas iniciativas dirigidas não tiveram a devida atenção e geraram grande vazio assistencial, abandonando-se lavouras de cacau e café.



Com a expansão da fronteira agrícola brasileira no final da década de 1980 e início da década posterior, as áreas disponíveis para expansão passaram a sofrer antropização predatória, materializada pelo processo bem definido de ocupação desordenada, extração de madeiras nobres, supressão de vegetação remanescente, criação de gado e, por fim, estabelecimento de monoculturas.

Essa cadeia de eventos vem transformando várias regiões do Estado, impulsionando a cadeia produtiva que não compatibiliza com a existência de espaços territoriais especialmente protegidos. Desse modo, onde havia floresta, destinada à exploração autossustentável e conservação de recursos naturais renováveis por populações extrativistas, agora existem áreas devastadas, destinadas à criação de gado, plantio de monoculturas e extração de outros produtos naturais.

A convalidação do processo de ocupação desordenada dessas áreas, além de representar o reconhecimento da incompetência do Estado em preservar esses espaços, significa a tolerância e rendição ao processo de ressignificação pernicioso da área outrora de preservação para uma finalidade inadequada àquele espaço, mantendo o processo de pressão sobre a área protegida.

Avaliando os processos legislativos que resultaram na edição das Leis Complementares 1.094 e 1.095 de 2021, nota-se a ausência de pressupostos básicos para a sua correta avaliação, pois as propostas de extinção e desafetação aprovadas pela Assembleia Legislativa não foram objeto de algum estudo técnico prévio, sendo apresentados de inopino os projetos de Lei, desguarnecidos de fundamentação técnica, utilizando-se de frágeis argumentos relacionados a:

- a) ausência de oitiva da população local;
- b) ausência de estudo econômico social e
- c) o prejuízo de pequenos produtores.

Ocorre que a criação da RDS Limoeiro e Parque Ilha das Flores não ocorreu ao acaso, mas foi precedida de estudos aprofundados na região, elaborados pela equipe técnica da SEDAM, dentro do contexto do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Rondônia, conforme fazem prova os documentos colacionados pelo requerente junto à inicial, não podendo uma norma, por melhor que seja a intenção de sua edição, superar a preexistência desses estudos e declarar extintas ou modificar a extensão de áreas especialmente protegidas.

A criação desses espaços possui força constitucional, pois o constituinte de 1988 afirmou, desde os primórdios da Carta Política atual (art. 225 e seguintes) que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida", reservando ao Poder Público o dever de "definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente por meio de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam a sua proteção".

Vejo, ainda, que as propostas legislativas não foram objeto de consulta pública, o que é exigido pelo art. 22, § 2º, da Lei Federal n. 9.985/2000, circunstância que poderá agravar os diversos conflitos





socioambientais atualmente existentes no Estado de Rondônia, representando, ainda, grave afronta aos deveres de prevenção e precaução emanados do art. 225, § 1º, inc. IV, da Constituição Federal, procedimentos que foram regularmente observados quando da criação das áreas.

O argumento de que apenas a criação das unidades necessita de prévia consulta e estudos técnicos, apresentado pela Assembleia Legislativa nas informações de Id. 14265027, não encontra respaldo jurídico, pois a interpretação das normas deve ser realizada em consonância com a proteção constitucional do meio ambiente. Logo, se, para criar uma unidade, são necessários estudos e consultas públicas, a extinção e modificação exigem, no mínimo, igual procedimento.

Sem maiores delongas quanto ao mérito desta ADI, compreendo que o caso dos autos recomenda a irrestrita aplicação da jurisprudência recente deste Tribunal exposta no julgamento da ADI 0804739-62.2021.822.0000.

#### EMENTA

Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Complementar Estadual n. 1.089/2021. Altera os limites da Reserva Extrativista de Jaci-Paraná e do Parque Estadual de Guajará-Mirim. Violação aos Princípio da Vedação ao retrocesso ambiental, precaução, prevenção, participação comunitária (consulta prévia, livre e informada), natureza pública da proteção ambiental, ubiquidade e solidariedade intergeracional. Inconstitucionalidade material.

1. É inconstitucional lei estadual que sem prévios estudos técnicos, desafeta significativa área de unidade de conservação, por violação aos princípios da precaução, prevenção e vedação ao retrocesso ambiental.

2. Pelo princípio da natureza pública (ou obrigatoriedade) da proteção do meio ambiente, que encontra fundamento no art. 225 da Constituição Federal, é dever irrenunciável do Poder Público promover a proteção ao meio ambiente, por ser bem difuso, indispensável à vida humana sadia, não se justificando a desafetação de unidade de conservação sob a justificativa da antropização e degradação.

3. A atuação política ou legislativa que visa interesses patrimoniais individuais ou categorizados em detrimento da proteção do meio ambiente, vulnerando este direito difuso, viola os princípios da ubiquidade e solidariedade intergeracional.

4. Declarada a inconstitucionalidade da lei com efeitos ex tunc.

(TJRO - ADI Tribunal Pleno. Rel. Des. LUZ, José Jorge Ribeiro da, julg. 24/11/2021)



Assinado eletronicamente por: VALDECI CASTELLAR CITON - 08/08/2022 13:05:31  
<https://pje3g.tjro.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22080813053068200000016704408>

Num. 16802813 - Pê



A inconstitucionalidade material das Leis Complementares 1.094 e 1.095 de 2021 é patente, por violarem o princípio do não retrocesso ambiental e ignorarem a realização de estudos prévios para a extinção e modificação das áreas especialmente protegidas. Da decisão paradigma citada acima, destaco aresto de autoria do desembargador Miguel Monico Neto:

[...] Nessa perspectiva, **ao Estado-Legislator impõe-se deveres gerais de proteção ambiental do Estado**, consistente em elaborar a legislação ambiental tendo como premissa o regime constitucional e infraconstitucional de tutela ecológica, **com dever de progressividade, proibição de retrocesso e vedação de proteção insuficiente na regulação normativa em matéria ambiental**.

Como mencionado, **não se pode retroagir de forma a mitigar o direito ao meio ambiente equilibrado**, extinguindo-se os serviços ambientais de unidades de conservação, com base em supostos fundamentos estritamente econômicos. A valer, como está relacionado diretamente à vida humana em toda plenitude, ou seja, com a vida, saúde e dignidade de todos, **eventual desafetação necessitaria de estudos muito mais amplos do que os que justificaram a própria criação das unidades cujas funções, dizem respeito não só à proteção dos ecossistemas, mas da própria atividade econômica**. De fato, como direito fundamental da pessoa humana – presentes e futuras gerações – não pode ser diminuído por interesses estritamente econômicos e de apenas alguns grupos sociais em detrimento de toda população e do planeta. [...] (grifo nosso)

É, portanto, indissociável a aplicação do princípio da colegialidade, porquanto, conforme já exposto na preliminar, as Leis em debate possuem relação umbilical com a Lei 1.089/2021, objeto da ADI 0804739-62.2021.822.0000, não sendo declaradas inconstitucionais por arrastamento em razão de uma questão de temporalidade da edição das normas, não sendo possível alcançar outra solução, senão a declaração de inconstitucionalidade material.

Deste modo, julgo procedente o pedido exposto na inicial desta ação, para declarar a inconstitucionalidade material, *in totum*, das Leis Complementares n. 1.094/2021 e n. 1.095/2021, com efeitos *ex-tunc*.

É como voto.

#### EMENTA



Assinado eletronicamente por: VALDECI CASTELLAR CITON - 08/08/2022 13:05:31  
<https://pje3g.tjro.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22080813053068200000016704408>  
 Número do documento: 22080813053068200000016704408

Num. 16802813 - 1

1. A ausência de menção expressa de inconstitucionalidade por arrastamento em julgamento anterior, aliada à peculiaridade temporal das normas, afasta a alegação de perda de objeto.

2. É materialmente inconstitucional a norma que altera limites ou extingue espaços territoriais especialmente protegidos sem a observância do princípio constitucional do não retrocesso ambiental.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Magistrados da **Tribunal Pleno** **Judiciário** do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, em, REJEITADA A PRELIMINAR DA PERDA DO OBJETO, À UNANIMIDADE. NO MÉRITO, DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.

Porto Velho, 01 de Agosto de 2022

VALDECI CASTELLAR CITON

RELATOR



Assinado eletronicamente por: VALDECI CASTELLAR CITON - 08/08/2022 13:05:31  
<https://pje3g.tjro.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22080813053068200000016704408>

Num. 16802813 - P.

Por tais razões, INDEFIRO a liminar pleiteada.

Intime-se a autoridade coatora a prestar as informações que julgar necessárias no prazo legal, bem como seu representante legal, nos termos do art. 7º, II da Lei n. 12.016/2009.

Após, à Procuradoria de Justiça para parecer.

Publique-se.

Porto Velho, 22 de março de 2023.

Desembargador Alexandre Miguel

Relator

ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Direta de Inconstitucionalidade n. 0801253-98.2023.8.22.0000

Requerente: Prefeito do Município de Alta Floresta do Oeste

Advogado: Daniel Paulo Fogaça Hryniewicz (OAB/RO 2546-A)

Requerido: Presidente da Câmara Municipal de Alta Floresta do Oeste

Relator: Des. José Jorge Ribeiro Da Luz

Data Distribuição: 13/02/2023 08:16:06

DECISÃO

Vistos.

Cuida-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, proposta por Giovan Damo, Prefeito do Município de Alta Floresta D'Oeste/RO, em face do Ato de Promulgação 01/2023 emanado pelo Poder Legislativo Municipal, que promulgou emenda modificativa ao Projeto de Lei 071/2022 que "Cria a tabela de cargos permanentes junto a Lei 1.683/2022 – Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública Municipal de Alta Floresta D'Oeste/RO", a fim de suspender a eficácia do referido ato de promulgação até o julgamento do mérito.

Em sua peça de ingresso, obtempera que a Promulgação do Ato 01/2023 pelo Presidente da Câmara Municipal, ocorreu em afronta à legislação, isto porque o Prefeito encaminhou ao Poder Legislativo o ofício 021/GAB/2022, com as razões do veto, sendo o processo legislativo do veto encaminhado às comissões que se posicionou pela Inconstitucionalidade da Emenda, ressaltando que a "a simples majoração de valor, certamente implicará num aumento significativo dos gastos públicos para o exercício de 2023". Entretanto, a matéria foi pautada e o veto foi rejeitado pelo Poder Legislativo na reunião extraordinária realizada no dia 20 de janeiro de 2023.

Assevera que, posteriormente, sob o fundamento de que não foi obedecido o prazo legal de sanção pelo requerente, o Poder Legislativo publicou o Ato de Promulgação 01/2023 declarando a existência da lei e ordenando sua execução, em afronta aos preceitos legais e constitucionais.

No mérito, sustenta a inconstitucionalidade formal da norma, com efeitos ex tunc, da integralidade do Ato de promulgação 01/2023, por afronta ao artigo 70, caput e artigo 39, inciso II, alínea d, da Constituição do Estado de Rondônia, assim como do artigo 41 da Lei Orgânica Municipal.

Contudo, não obstante a pretensão de liminar, penso já se deva julgar o mérito, haja vista que o tempo para sua apreciação ser o mesmo para apreciação daquele. Dessa forma, decidirei unicamente o mérito.

Destarte, com fulcro no artigo 12 da Lei n. 9.868/99, notifique-se a Câmara Municipal de Alta Floresta do Oeste, a Procuradoria do Município de Alta Floresta do Oeste e a Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia, para que prestem informações no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Decorrido o prazo, encaminhe-se os autos à d. Procuradoria-Geral de Justiça, para manifestação, conforme o disposto no artigo 12 da Lei 9.868/99.

Após, tornem-me os autos.

Porto Velho, 22 de março de 2023

Desembargador JOSÉ JORGE RIBEIRO DA LUZ

RELATOR

Distribuída por sorteio em 04.08.2021

Opostos em 22.08.2022

Julgado em 23.02.2023

Embargos de Declaração em Direta de Inconstitucionalidade n. 0807382-90.2021.8.22.0000

Embargante/Requerido: Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

Advogados: Luciano José da Silva (OAB/RO 5.013) e Arthur Ferreira Veiga (OAB/RO 10.562)

Embargado/Requerente: Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia

Interessado (Passivo): Governador do Estado de Rondônia

Procurador: Thiago Alencar Alves Pereira (OAB/RO 5.633)

Relator: Desembargador Valdecir Castellar Cíton

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. REPETIÇÃO DO MÉRITO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA.

Apenas a contradição entre os fundamentos da decisão embargada são aptos a ensejarem os embargos de declaração, cujo acolhimento é inviável quando a contradição residir na divergência entre a pretensão do embargante e o resultado do julgamento.

Uma vez apreciados adequadamente todos os pontos essenciais da lide, não se exige do julgador a valoração de teses periféricas suscitadas por alguma das partes.

Decisão: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Direta de Inconstitucionalidade

Processo: 0807382-90.2021.8.22.0000

REQUERENTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA

ADVOGADO DO REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

REQUERIDOS: ESTADO DE RONDONIA, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA

ADVOGADOS DOS REQUERIDOS: ARTHUR FERREIRA VEIGA, OAB nº RO10562A, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

**DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário interposto por MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, com fundamentação no artigo 102, III, alínea "a", da Constituição Federal, indicando como dispositivo violado o artigo 225, §1º, III, da Constituição Federal.

O prazo para interposição do recurso extraordinário é de 15 (quinze dias), nos termos do art.1.003, §5º, do Código de Processo Civil e extrapolado esse prazo configura a intempestividade.

É importante consignar que a Fazenda Pública não detém a prerrogativa do prazo em dobro e, tampouco, da intimação pessoal, para a interposição de recurso em ações de controle concentrado de constitucionalidade.

A propósito:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCURADOR MUNICIPAL. INTIMAÇÃO PESSOAL. INAPLICABILIDADE EM RECURSO ORIUNDO DE AÇÃO DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE. TERMO A QUO. PUBLICAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS REJEITADOS. 1. **A prerrogativa processual da intimação pessoal não tem aplicação em sede de ação direta de inconstitucionalidade, inclusive nos recursos dela decorrentes, conforme consolidada jurisprudência desta Corte.** 2. **O termo a quo para a contagem do prazo recursal se dá com a publicação do acórdão recorrido em meio eletrônico.** 3. Os embargos de declaração não

constituem meio hábil para reforma do julgado, sendo cabíveis somente quando houver no acórdão omissão, contradição, obscuridade ou erro material. 4. Embargos de declaração rejeitados.

(STF - RE: 1286380 RJ, Relator: EDSON FACHIN, Data de Julgamento: 14/11/2022, Segunda Turma, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-001 DIVULG 09-01-2023 PUBLIC 10-01-2023 - Destacou-se).

Na espécie, o acórdão recorrido foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico n. 055, de 23/03/2023 (quinta-feira), considerando-se como data da publicação o dia 24/03/2023 (sexta-feira), de modo que o prazo recursal teve início em 27/03/2023 (segunda-feira), conforme certidão de ID 19114110, e término em 18/04/2023 (terça-feira).

Por conseguinte, configura-se a intempestividade do recurso interposto no dia 19/04/2023 (quarta-feira), conforme aferido também por certidão de intempestividade (ID 19510530).

Ante o exposto, **não se admite** o recurso extraordinário.

Intime-se.

Porto Velho - RO, 14 de junho de 2023.

**Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia**

Presidente

Assinado eletronicamente por: MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA

14/06/2023 12:03:01

<https://pjesg.tjro.jus.br:443/consulta/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento:



230614120302000000002005

IMPRIMIR

GERAR PDF



100.025.000039/2023-65

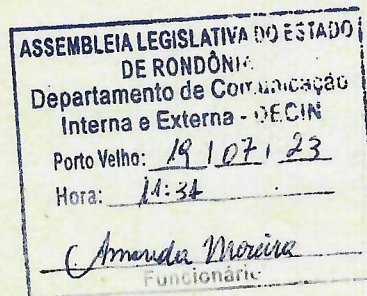
Fone: (69) 3309-6132/6133 (Geral) / (69) 3309-6134 Coordenadora – e-mail: cpleno-cpe2g@tjro.jus.br



Poder Judiciário do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça

Coordenadoria do Pleno da CPE2G



Ofício n. 440/2023 – CPleno/TJRO

Porto Velho, 14 de julho de 2023.

Ao Excelentíssimo Senhor

**Marcelo Cruz**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

Referência:

**Recurso Extraordinário em Embargos de Declaração em Direta de Inconstitucionalidade n. 0807382-90.2021.8.22.0000**

Recorrente/Embargante/Requerido: Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

Recorrido/Embargado/Requerente: Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia

Interessado (Passivo): Governador do Estado de Rondônia

Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o decorreu o prazo legal da decisão (ID20190085) em 10/07/2023, primeiro dia útil subsequente ao término do prazo recursal sem que fosse interposto recurso da decisão que não admitiu o recurso extraordinário e, ato seguinte, os autos serão remetidos ao arquivo definitivo.

Respeitosamente,

Rua José Camacho, 585, 3º Andar, Sala 303, Bairro Olaria, CEP 76.801-330, Porto Velho/RO



OGxWUUs2UFZIRWY2dGg3TTHeEsyQ210a25Fc2taZS9iUHVYMDRpbGlpUEErdkpzMxE4anFVa3Rwei92bjYvNg==  
Assinado eletronicamente por: CILENE ROCHA MEIRA MORHEB - 14/07/2023 10:07:05  
<https://pjesg.tjro.jus.br:443/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23071410070568000000020446667>  
Número do documento: 23071410070568000000020446667

Num. 20581623 - Pág.